

CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 49/2024

Anexo ao projeto.
13/05/2024
[Assinatura]

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa – APAE, para repasse de recursos financeiros e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 49/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, cujo objeto é firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa – APAE para repasse financeiro com recursos oriundos de Emendas Parlamentares Municipais no valor total de R\$108.593,36 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), em parcela única.

Tem por finalidade atendimento da Emenda Impositiva nº02/2023, do Vereador Vilmar Fávaro e Emenda Impositiva nº01/2023 do Vereador Mário Jorge Padilha Santos.

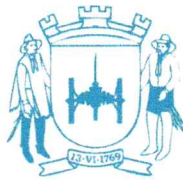
Inicialmente cumpre referir que a competência desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação é determinada pelo **Regimento Interno**:

Art. 53 – A análise das proposições compete:

I – à Comissão de Legislação, Justiça e Redação quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, técnica legislativa e correção ortográfica de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento Interno;

(...)

Art. 61 – À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

No mérito verifica-se que a Entidade deverá prestar contas ao Município no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do objeto do Plano de Trabalho e Aplicação e bimestralmente ao Tribunal de Contas.

O Termo de Fomento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser alterado por termo aditivo ou apostilamento, o qual deverá ser solicitado ao Departamento Geral de Políticas de Assistência Social até 30 (trinta) dias antes do término do termo.

Sobre o assunto, nossa **Lei Orgânica** dispõe que:

Art. 8º. Compete ao Município, obedecidas às normas federais e estaduais pertinentes:

(...)

IV – dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

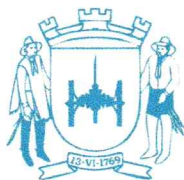
c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das **pessoas portadoras de deficiência**;

Art. 114 – A - Nos termos da Emenda Constitucional nº 86/2015, as Emendas Individuais ao projeto de Lei orçamentária Anual serão aprovadas no limite de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%) da receita corrente líquida prevista, devendo este percentual estar discriminado em valores nominais e individuais para cada Vereador quando do encaminhamento das Propostas Orçamentárias pelo Poder Executivo, sendo que a metade destes serão destinados a ações e serviços públicos de saúde. (Alterado pela Emenda 01/2022, de 15/06/2022).

Ainda complementa adiante:

Art. 136 – O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da **proteção especial da família**, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

(...)



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Art. 146 – O Município assegurará no âmbito da sua competência, a proteção e a assistência a família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como ao **deficiente**, na forma da Constituição Federal.

A **Lei Federal nº 13.019/2014** alterada pela **Lei nº 13.204/2015** estabelece para a realização de termos de fomento:

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolva a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 30. A administração poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

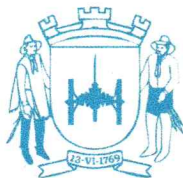
VI – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política.

(...)

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

Isto posto, diante do relevante interesse social prestado pela Entidade de caráter social e sem fins lucrativos que atende prioritariamente o público de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e suas famílias do nosso Município visando contribuir na vida das pessoas inscritas no serviço, bem como na formação sociocultural, dando ênfase ao desenvolvimento físico, mental e espiritual o presente Projeto de Lei atende os requisitos legais para a concessão dos recursos.



CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nestes termos, somos pela aprovação da presente matéria, submetendo-a ao Douto Plenário *secundum legem*, a quem caberá a decisão final.

Lapa/Pr, 08 de maio de 2024.

GUSTAVO DAOU

Vereador Relator

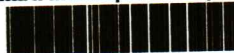
MARCO ANTÔNIO BORTOLETTO

Vereador Presidente

OSVALDO BENEDITO CAMARGO

Vereador Membro

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 851/2024
Data: 13/05/2024 - Horário: 15:53
Administrativo